

PSICOLOGIA SOCIAL: DO ENFOQUE SUBJETIVISTA À INTERVENÇÃO NA SOCIEDADE

*Profa. Dra. Gardênia Maria de Oliveira Barbosa**

*Ms. Rosa Maria Guimarães Rocha**

*Ms. Alcino Teixeira Brasil**

Resumo: Este artigo, baseado em pesquisa bibliográfica, mostra a Psicologia Social a partir de seu desenvolvimento nos Estados Unidos, sendo até a década de 60 a tendência dominante na América do Norte, denominada Psicologia Social Psicológica. Consequentemente à crise desse modelo, a Psicologia Social europeia foi adquirindo uma identidade própria, com a denominação de Psicologia Social Sociológica, enquanto na América do Sul foi inaugurada uma vertente mais contextualizada, no final dos anos 70, denominada Psicologia Social Crítica, em protesto aos modelos hegemônicos americanos. Considerada como uma área da Psicologia Social, a Psicologia Comunitária foi lançada no Ceará nos anos 80 por Cezar Wagner de Lima Góis, com a educadora popular Ruth Cavalcante e estudantes do Curso de Psicologia da UFC.

Palavras-chave: Psicologia Social Psicológica. Psicologia Social Sociológica. Psicologia Social Crítica.

Abstract: This article, based on literature, shows the social psychology from its development in the United States, which until the 60s was the dominant trend in North America, called Psychological Social Psychology. After the crisis of this model, the European Social Psychology has acquired an identity of its own, named of Sociological Social Psychology, while in South America was opened a shed more contextualized, in the late '70s, called Critical Social Psychology, in protest to American hegemonic models. Considered as an area of Social Psychology, Community Psychology was launched in Ceará in the 80s by Cezar Wagner de Lima Gois, with the popular educator Ruth Cavalcante and UFC students of Psychology course.

Keywords: Psychological Social Psychology, Sociological Social Psychology, Critical Social Psychology.

Introdução

Embora haja uma grande diferença entre as ciências naturais, baseada na constante repetição de fenômenos, e a Psicologia Geral, que apesar de lidar com fatos, na maioria das vezes irrepetíveis e instáveis, são sistematizados na evolução dessa ciência, com pressupostos seguramente transmitidos, existe uma relação entre a Fisiologia e a Psicologia Geral experimental. Isso posto, pode-se indagar: é possível fazer uma relação entre a Psicologia Geral, baseada em fenômenos intrapsíquicos, e a Sociologia, que estuda os fenômenos sociais dos grupos humanos? Para responder às necessidades desses pequenos grupos com caracteres específicos, surgiu a Psicologia Social, que procura contemplar os processos humanos situados na área de fronteira entre a Psicologia e a Sociologia. Como toda ciência nova, sua aceitação na comunidade científica dessas disciplinas teve suas dificuldades iniciais superadas com adaptações contextuais e as tendências que na América do Norte, Europa e América do Sul, receberam as respectivas denominações de Psicologia Social Psicológica, Psicologia Social Sociológica e Psicologia Social Crítica.

De origem europeia, a Psicologia Social teve grande desenvolvimento nos Estados Unidos, no período posterior a segunda guerra mundial, e contou com a valiosa contribuição dos psicólogos europeus que emigraram para esse país, sobretudo o alemão Kurt Lewin. Desde sua contextualização na América do Norte, na reabilitação dos soldados traumatizados pela guerra, até sua larga utilização para a autonomia de grupos desfavorecidos pelas condições sociais na América do Sul, a Psicologia Social tem mostrado sua grande importância; por isso, nossa intenção em divulgá-la neste artigo.

Nosso trabalho parte de algumas considerações sobre o conceito e a origem da Psicologia Social. Dentre os autores abordados, consideramos expressivo o conceito de SANTANA (2011), segundo o qual a Psicologia Social pesquisa os diferentes graus de conexão existentes entre o ser e a sociedade na qual está inserido, assim como seu constante processo de dependência e interdependência em relação a seus semelhantes construindo, desta forma, a imagem de um indivíduo como parte integrante do grupo social.

O desenvolvimento da chamada Psicologia Social Psicológica, nos Estados Unidos, orientada por Kurt Lewin para a comunidade e para o

estudo dos grupos, ao longo do tempo passa por grandes modificações e afasta-se da influência das estruturas sociais e sistemas culturais nos indivíduos, passando a estruturar-se nos moldes de uma ciência natural empírica, o que provocou uma crise em suas bases conceituais e metodológicas, com larga repercussão na Europa e na América do Sul, originando vertentes contextualizadas: na primeira, a Psicologia Social Sociológica; na segunda, a Psicologia Social Crítica. Os temas que passaram a ser pesquisados no contexto europeu: a identidade social, que trata das relações entre os grupos; e as representações sociais, que dizem respeito à psicologia dos grupos e coletividades, contribuíram para a criação, na América Latina, da Psicologia Social Crítica.

Enfatizando esta última vertente, a segunda parte deste artigo trata da Psicologia Social Crítica: a contextualização latino-americana. Depois de uma breve apresentação das características históricas do continente Sul-Americano, mostra a transição da Psicologia Social “colonizada” a uma Psicologia Social Crítica; seguida dos tópicos referentes às fases de desenvolvimento e produção de espaços para a eclosão da nova Psicologia Social na América Latina, da Psicologia Comunitária e Educação Popular no contexto latino-americano e, finalmente, da Psicologia Comunitária no Ceará.

1 – Breves considerações sobre o conceito e a origem da Psicologia Social

Há uma grande diferença entre as ciências naturais, que lidam com fenômenos cuja natureza é a constante repetição, e a Psicologia Geral, a qual lida com fatos que, embora em sua maioria sejam irrepetíveis e instáveis, encontram-se sistematizados na evolução dessa ciência, cujos pressupostos podem ser seguramente transmitidos.

Mas existe uma relação entre a Psicologia Geral Experimental e a Fisiologia. As transformações no organismo físico, como batimentos cardíacos, ruborização, suor frio, são interpretadas de acordo com a situação em que ocorrem. Se essas reações resultam de um encontro inesperado com um animal feroz, “interpretamos nossa emoção como sendo de medo; se os mesmos fenômenos ocorrem ao nos depararmos com uma pessoa atraente do sexo oposto, interpretamos como indicativo de atração sexual” (SCHACHTER, apud RODRIGUES, 2009, p. 57).

A variação das respostas ao meio, conforme Gergen (1973) repousa em variações na função fisiológica. Todavia, a Fisiologia nunca pode especificar a natureza do estímulo ou do contexto da resposta a que cada indivíduo está exposto; por isso não pode dar conta das variações do

comportamento humano ao longo do tempo. Daí, a diferença considerável entre os processos estudados nos domínios da Psicologia Geral Experimental e na área da Psicologia Social.

1.1 Conceito de Psicologia Social

Muitos são os autores que definem a Psicologia Social. Uma das mais completas definições é a apresentada por Aroldo Rodrigues, a qual reza: “A Psicologia Social é o estudo científico de manifestações comportamentais de caráter situacionais suscitadas pela interação de uma pessoa com outras pessoas ou pela mera expectativa de tal interação, bem como dos processos cognitivos e afetivos suscitados pelo processo de interação social” (RODRIGUES, 2009, p. 16). Por esta definição vê-se que a Psicologia Social aborda as relações entre os membros de um grupo social e busca compreender como o homem se comporta nas suas interações sociais, ao mesmo tempo em que a define como uma ciência do comportamento humano, tal como sua raiz principal, a Psicologia, que lida com a interação humana e com os processos cognitivos e afetivos.

A Psicologia Social pretende estudar os diferentes graus de conexão existentes entre o ser e a sociedade a qual pertence, e seu constante processo de dependência e interdependência em relação a seus semelhantes, desconstruindo assim a imagem de um indivíduo oposto ao grupo social (SANTANA, 2011).

Gustave Le Bon (1985, apud Rodrigues, 2009) na obra *La Psychologie des Foules* (Psicologia das multidões), constatou que, por mais diversificadas que as pessoas sejam, mostram socialmente um comportamento distinto do que apresentariam se estivessem isoladas, como se, por estarem imersas na massa, se encontrassem impregnadas de uma “mente coletiva” (e passassem a se comportar de uma forma diferente daquela que se apresentariam se estivessem isoladas).

Muitos estudiosos veem a Psicologia Social como um meio através do qual se tenta dar respostas às preocupações da Psicologia e da Sociologia. Porém, a realidade é bem mais complexa, uma vez que essa disciplina não se constitui apenas numa fronteira natural entre estas duas ciências, mas se afirma a cada dia que passa, como uma disciplina autônoma com objeto científico próprio e diferentes problemas de investigação e paradigmas.

A dupla referência ao social e ao psicológico na definição da Psicologia Social repete-se ao longo do tempo em autores como Pepitone,

quando afirma: “Esta ciência social rompe com a oposição entre o indivíduo e a sociedade, enquanto objetos dicotômicos que se autoexcluem, procurando analisar as relações entre indivíduos (interações), as relações entre categorias ou grupos sociais (relações intergrupais) e as relações entre o simbólico e a cognição (representações sociais)” (PEPITONE, apud FONSECA, 2011, p. 1).

1.2 Origem da Psicologia Social

Embora tenha origem europeia, a Psicologia Social foi desenvolvida no contexto da sociedade norte-americana, com a contribuição de psicólogos gestaltistas alemães e austríacos que emigraram para os Estados Unidos. Sua inauguração formal, segundo Pepitone (apud Fonseca, 2011), foi feita pelo sociólogo Ross (*Social Psychology, 1908*) e pelo psicólogo McDougall (*An Introduction to Social Psychology, 1908*). Para outros, no entanto, atingiu seu auge em 1959, com a publicação do livro “o soldado americano”, que trata da eficácia do treinamento para reabilitação dos soldados que retornavam da guerra (SILVA E LIMA, 2011).

Os Estados Unidos investiram em pesquisas sobre processos comunicativos de convencimento, assim como em modificações nas ações pessoais, também com a finalidade de intensificar a produção econômica, prejudicada com a guerra. As investigações teóricas da Psicologia Social tornaram-se mais aprofundadas devido à contribuição de Kurt Lewin, hoje considerado por muitos como o criador da área de Psicologia cuja tendência dominante na América do Norte é denominada de Psicologia Social Psicológica. No entanto, a pesquisa-ação introduzida por Lewin desde os anos 30, orientada para a comunidade e para o estudo dos grupos, foi sendo substituída pela investigação de fenômenos de natureza cognitiva, essencialmente intraindividuais (FERREIRA, 2010).

A partir daí, a Psicologia Social Psicológica passa a estruturar-se nos moldes de uma ciência natural empírica que não leva em consideração a influência das estruturas sociais e sistemas culturais nos indivíduos. Segundo Ferreira (2010), o afastamento dos problemas sociais, o uso de linguagem neutra, a fragmentação dos modelos teóricos, a artificialidade dos experimentos conduzidos em laboratório e a falta de compromisso ético dos psicólogos engajados na PSP, atraíram, à vertente norte-americana, numerosas críticas.

Nos anos 70, num contexto de inúmeros movimentos sociais, eclode, nos Estados Unidos, a crise da Psicologia Social Psicológica, com o questionamento de suas bases conceituais e metodológicas. Essa crise

em território americano teve larga repercussão na Europa e na América do Sul; na Psicologia Social europeia provocou uma preocupação mais acentuada com a estrutura social, o que resultou na aquisição de uma identidade própria, com a denominação de Psicologia Social Sociológica, enquanto na América do Sul, foi inaugurada uma tendência psicológica com o nome de Psicologia Social Crítica.

Nesse novo contexto, os temas mais pesquisados no contexto europeu, conforme Ferreira (Ibidem), passaram a ser a identidade social, que trata das relações entre os grupos, e as representações sociais, que dizem respeito à psicologia dos grupos e coletividades. A primeira concepção foi criada por Henri Tajfel e colaboradores (Tajfel, 1981; Tajfel & Turner, 1986) quando afirmaram que o indivíduo é constituído pela sociedade e pela cultura. Já os pesquisadores da Teoria das Representações Sociais (MOSCOVICI, 2003), aplicavam os princípios dessa teoria em eventos cujos significados surgiam a partir do senso comum. Desta forma, a análise de conceitos criados pelos homens comuns tem propiciado a compreensão de fenômenos diversos como a justiça, a violência, o desemprego, a amizade, a saúde, a doença. Desde sua criação, essa teoria foi amplamente aceita pelos psicólogos europeus e latino-americanos.

2. Psicologia Social Crítica: A contextualização Latino-Americana

O processo de uma Psicologia Social voltada para os problemas sociais, iniciado na Europa, foi intensificado na América Latina, em cujo contexto histórico destacava-se a opressão social, decorrente de um longo período de colonização, seguido de sangrentas ditaduras. Apesar da presença da dominação ao longo da constituição desses povos, sua intrepidez em busca da liberdade perdida, fez desse continente um campo propício para a semeadura de teorias e metodologias que impulsionaram os processos libertários da sociedade latino-americana.

2.1 A transição da Psicologia Social “colonizada” a uma Psicologia Social Crítica

A história recente da psicologia social latino-americana foi impulsionada pela crise teórica e metodológica da psicologia social nos anos 60. O grande debate entre as concepções tradicional e crítica dessa área da psicologia aconteceu em 1979, durante o Congresso da Sociedade Interamericana de Psicologia – SIP, em Lima, Peru. Esses temas contemplavam “a contextualização da Psicologia Social, o papel do

Psicólogo Social na sociedade, a presença da ideologia nos modelos teóricos e práticos e, inclusive, as questões éticas e os próprios objetivos da Psicologia Social” (GÓIS, 2008, p. 282).

Até então, as ciências psicológicas na América Latina tinham sido “imitações pobres e grosseiras das ciências das sociedades industrializadas. Teorias e práticas acabadas foram importadas (...) independente de sua aplicabilidade aos traços específicos de nossas sociedades em rápido processo de mudança” (SANDOVAL, 2000, p. 102). Desta forma, existia na América Latina uma ciência colonizada cujos moldes eram ditados pelas revistas acadêmicas da metrópole norte-americana, e os desvios dessas normas eram punidos pelas comunidades científicas. Grande número de integrantes dessas comunidades acreditava que “o conhecimento científico se coloca acima de compromissos societários” e que “nossa ciência tinha pouco a contribuir para mudar o *status quo* vigente” (Ibidem, p. 104).

No entanto, a respeito da metodologia em ciências humanas e sociais, mostra-nos Chizotti (2006) que estas ciências não podem ficar alheias às condições de vida dos seres humanos. Estudos sobre as condições precárias da vida dos trabalhadores urbanos e rurais na era da industrialização (final do século XIX), mostraram a necessidade da criação de um tipo de pesquisa que superasse o método quantitativo de investigação, o que originou a pesquisa qualitativa. As críticas ao modelo convencional de pesquisa são aprofundadas no período após guerra até os anos 70, quando são reconhecidas a importância do sujeito, a interdependência entre teoria e prática, a relevância da contextualização dos dados e da inclusão da participação dos atores sociais. A partir desse período, segundo Chizotti, a declaração de pesquisadores comprometidos com os aspectos práticos do conhecimento científico, com a emancipação humana e a transformação social, confirma a vinculação da investigação científica com os problemas éticopolíticos e sociais.

Embora a pesquisa qualitativa possua um lado mais pragmático, como instrumento da pesquisa social para entender e produzir conhecimento sobre o mundo, é também “um projeto moral, alegórico e terapêutico (...) e tem uma autorização moral para assumir o lado dos menos favorecidos, das minorias ou das vítimas da colonização ou da imigração” (FLICK, 2009, p. 220).

Às conquistas da pesquisa qualitativa, segundo Lane (2000), juntaram-se, no ambiente latino-americano, os resultados de pesquisas interculturais que confirmavam a relatividade dos comportamentos

humanos e das características de personalidade, variáveis a partir de circunstâncias históricas, culturais e sociais, e retiravam da psicologia a primazia de ciência baseada em leis universais. Essas pesquisas foram apresentadas por Aniela Ginsberg, uma das organizadoras do Congresso da Sociedade Internacional de Psicologia, realizado em São Paulo em 1973.

Outras contribuições importantes para o debate que se iniciava em prol de uma nova compreensão da psicologia social foram, conforme Lane (Ibidem), os trabalhos de Skinner e as descobertas de Osgood. Skinner comprovou que a frequência de um comportamento pode ser aumentada através do reforço positivo, qualquer que seja a cultura. Deve-se a ele a “vinculação entre linguagem e pensamento, dando a este o *status* de comportamento” (LANE, 2006). As escalas do Diferencial Semântico encontradas por Osgood são, segundo Lane, um bom começo para se pesquisar a linguagem. Os três fatores descobertos por ele mostraram-se como dimensões universais, isto é, em torno de 30 culturas observadas foram encontrados, em todas elas, fatos relativos a Valor, Potência e Atividade.

Em torno de questões que relacionam o biológico da espécie, o histórico cultural das sociedades, a interdependência entre teoria e prática, a relevância da contextualização dos dados e da participação dos atores sociais, assim como da relação da pesquisa científica com os problemas ético-políticos e sociais, foi gestada a crise teórica da Psicologia Social que teve profundas consequências no conteúdo e na prática dessa disciplina no contexto da América Latina. Nos anos 60 e 70, os psicólogos sociais, segundo Lane (2000), questionaram seu papel nesse contexto político-social, como também a teoria e o método da Psicologia Social.

À crise da Psicologia Social veio juntar-se, em nosso continente, o elemento político, em virtude das ditaduras militares, com a opressão social decorrente delas. O período das ditaduras contribuiu para a efervescência desse processo porque, conforme Sandoval (2000), entre os psicólogos engajados na construção de um novo paradigma, estava considerável número de opositores dos regimes autoritários “que enxergavam além do autocontido enclave consumista em que se acomoda a psicologia tradicional e em direção da realidade da pobreza e do sentimento humano” (SANDOVAL, 2000, p. 103), passando a Psicologia Social a olhar “para o que havia ignorado em cada esquina das cidades da América Latina: a criança mendicante, a mãe sem teto, e o trabalhador desempregado” (Ibidem).

2.2 Fases de desenvolvimento e produção de espaços para a eclosão da nova Psicologia Social na América Latina

Apesar da visão oficial da comunidade científica na América Latina ser de submissão ao *status quo* vigente, alguns psicólogos iniciaram a luta pela constituição de uma nova Psicologia Social, baseada no contexto de subdesenvolvimento latino-americano. Esse movimento, conforme Sandoval (2000) teve duas fases: a rejeição da psicologia convencional e a busca de correntes teóricas críticas norte-americanas e europeias que pudessem contribuir para a situação específica da América Latina, decorrendo daí uma intensificação da produção científica para o contexto desse continente.

Uma rebeldia contra a psicologia convencional, também denominada psicologia burguesa, caracterizou a primeira fase. Sandoval prefere chamar a psicologia adotada no continente nesse período, de “colonial”, em virtude de ter sido absorvida de maneira acrítica, como é peculiar às mentes coloniais. Essa fase inicial é marcada por “um primeiro confronto com os paradigmas predominantes do Primeiro Mundo, a partir do questionamento de sua habilidade de prover orientação ontológica e epistemológica na produção de conhecimento teórico ou prático, a respeito da realidade do Terceiro Mundo” (SANDOVAL, 2000, p. 104).

Esse confronto serviu, conforme Sandoval, Como divisor de águas entre uma abordagem colonial às iniciativas científicas e uma nova, sendo explorada por acadêmicos comprometidos com a mudança social, encarada como ponto de partida para uma definição intelectual de sua ciência e de prioridade em seus deveres de cidadania (Ibidem, p. 105).

A nova abordagem estava baseada na “descoberta de que a ciência, em sua condicionalidade não era neutra, mas antes uma arte moldada para homens e mulheres que respondiam às chamadas de seus mundos reais” (Ibidem p. 105).

Embora considerada necessária, essa revolta contra o modo colonial de apropriação de conhecimento, não era, “uma precondição suficiente para a emergência de uma alternativa viável” (Ibidem, p. 105). A importância dessa fase foi a conscientização dos psicólogos sociais latino-americanos de que a falha estava neles mesmos e não na produção científica da metrópole, pois, segundo ele, os pesquisadores da América do Sul haviam importado indiscriminadamente em seu meio um conhecimento estruturado num tipo de ciência inadequado para a resolução de seus problemas. Logo, antes de “cortar nossa dependência

na importação não crítica de conhecimento ‘enlatado’, foi preciso “transformar nossa percepção da realidade relevante que as iniciativas científicas deveriam estudar” (Ibidem, p. 105).

Concluiu-se, então, sobre a necessidade de alternativas teóricas e práticas que focalizassem ao mesmo tempo assuntos relacionados com a pobreza, compreendida como exclusão, opressão e impotência, e a mudança social, individual ou coletiva, abordada num sentido de conscientização, mobilização e empoderamento¹, ou seja, a utilização de processos em que os atores sociais, conscientizados do poder individual e coletivo de sua comunidade, teriam mais chances de melhorar suas condições de vida, através da mobilização em torno de um projeto comum. Depois de anos de experimentação em ação social e debates sobre as teorias críticas, foram lançadas as bases de um paradigma latino-americano em Psicologia Social.

Na constituição desse paradigma, é importante observar a contribuição do materialismo historicodialético, desenvolvido por Marx, em sua relação com a psicologia. Conforme Alves (2010), coube aos psicólogos soviéticos, sobretudo a Vigotsky, a tentativa de construção de uma psicologia que supõe uma visão dialética da subjetividade, isto é, que não opõe indivíduo e sociedade. Essa nova dimensão teoricometodológica trazida por Vigotsky ao campo da psicologia, traz, conforme Alves, uma lógica humanistaexistencial, baseada no compromisso ético como agente mediador para a superação das condições de domínio e exploração existentes no mundo capitalista.

A representação da psicologia feita por Vigotsky tem seguidores no Brasil desde a década de 1970, e foi consolidada através da Associação Brasileira de Psicologia Social, liderada por Silvia Lane. No final dos anos 70, surge, segundo Lane (2006), a obra de Alex Leontiev, seguidor de Vigotsky, com seu princípio de atividade e a afirmação: toda psicologia humana é social. Junto com Leontiev aparece um grupo de cientistas soviéticos, cujas ideias não podiam ser expostas no período da repressão stalinista.

¹ Em inglês *empowerment*, significa ação coletiva desenvolvida por indivíduos que possuem consciência de seus direitos sociais. Disponível em www.significados.com.br. Acesso em 29/07/2012.

Outras abordagens da subjetividade com bases neomarxistas e dirigidas a problemas ontológicos e éticos, são aquelas defendidas pela húngara Agnes Heller, da Escola de Budapeste, e o alemão Jürgen Habermas, da Escola de Frankfurt. Enquanto Heller desenvolve sua filosofia política “a partir do conceito de necessidades humanas, alienadas ou não, individuais e coletivas, no cotidiano e na história”. (LANE, 2006, p. 32); Habermas, em sua teoria da ação comunicativa, junta ao marxismo elementos da psicologia cognitiva de Piaget e Kohlberg, e da linguística de Chomski. Para este autor, os seres humanos possuem a tendência a um duplo amadurecimento, na esfera individual e social.

Na segunda fase do desenvolvimento da Psicologia Social Crítica, foi intensificada a intercessão com as correntes teóricas críticas da Europa e América do Norte e a troca de experiências entre pesquisadores de vários países da América Latina. As trocas de experiências latino-americanas foram favorecidas pela criação de um Núcleo de Psicologia Comunitária, baseado numa intervenção não assistencialista e que primava pelo desenvolvimento da autonomia dos grupos marginalizados social e economicamente. Os contatos com as teorias críticas europeias e norteamericanas eram feitos através dos estudantes que retornavam a seus lugares de origem, depois de uma formação nos países onde eram desenvolvidas essas teorias e se engajavam nos grupos de estudos e grupos de pesquisas criados nessa fase; assim como através do intercambio com cientistas de outros países, atraídos pelos congressos organizados pelos cientistas latino-americanos.

Dentre esses, os mais importantes foram aqueles realizados pela Sociedade Interamericana de Psicologia. Nesses encontros, pode ser constatado que, “as mesmas preocupações caracterizavam os psicólogos sociais de vários países da América Latina, no sentido de se construir um saber científico que contribuísse para uma ação transformadora em nossos países” (SANDOVAL, 2000, p. 7).

Desta forma, vão sendo “forjados espaços e condições para a construção e fortalecimento de uma Psicologia Social emanada da própria realidade latino-americana e comprometida politicamente com estas condições” (FREITAS, 2000, p. 169). Assim, no final dos anos 70, profissionais e pesquisadores de vários países da América Latina, comprometidos com esta proposta, rompem com a Associação Latino-americana de Psicologia Social - ALAPSO, fiel “aos modelos hegemônicos americanos que compreendiam o homem no contexto social através, tão somente, de escalas, inventários e estudos descritivos e assépticos à realidade social”

(Ibidem, p. 169) e passam a constituir outras associações científicas. A partir desse acontecimento, é criada na Venezuela a Associação Venezuelana de Psicologia Social – AVEPSO, “e em outros países como Chile, Porto Rico, Costa Rica e Argentina os profissionais reúnem-se, seja em torno de projetos e/ou propostas oriundas da universidade, seja em outras organizações como o Colégio dos Psicólogos” (Ibidem, p. 170).

No Brasil é criada, em 1980, a Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO, sob a coordenação de Silvia Lane, a qual é “referenciação fundamental para a construção de uma Psicologia Social crítica, histórica e comprometida com a realidade social de nosso país” (FREITAS apud FREITAS, 2000, p.170). De sua criação até o início dos anos 90, a ABRAPSO manteve a revista *Psicologia & Sociedade*, coordenada na maior parte desse tempo pelo grupo mineiro de Psicologia Social, e abordando temas relacionados com o compromisso social. A partir daí, essa revista passou a ser editada pelo programa de pós-graduação em Psicologia Social da PUC-SP.

Além da criação de associações fortalecedoras de uma Psicologia Social comprometida politicamente com o contexto latino-americano, os pesquisadores desse continente construíram uma rede de intercâmbio que, segundo Freitas (2000), foi alimentada muito mais às custas de seus esforços pessoais do que institucionais. Dedicaram-se, na década de 80, à publicação de obras enraizadas na história política e nas características histórico-sociais desse povo e comprometidas com a construção de uma Psicologia Social que pudesse contribuir para solucionar os problemas de seu entorno. Marcos importantes para o desenvolvimento dessa nova Psicologia Social, segundo Freitas (2000), foram as publicações *Accionn y Ideologia – psicologia Social desde Centroamérica*, escrita por Martin-Baró (1983), e *Psicologia Social – o homem em movimento*, de Lane & Codo. Publicada inicialmente em 1980, esta obra hoje conta com mais de 12 edições.

Outras obras importantes na construção da Psicologia Social Crítica, na América Latina, foram, conforme Freitas, *Psicologia Política Latino-americana* (1987) e *Accion y Discurso – problemas de Psicologia Política em America* (1991), ambas coordenadas por Luis Gonzaga Mattos Monteiro. São publicados em seguida, os livros *Contribuciones Puertorriqueñas a la Psicologia Social-Comunitaria* (1992), produzida por Serrano-Garcia e Collazo, e muito bem recebida no XXIV Congresso Interamericano de Psicologia, realizado em Santiago do Chile, em 1993; e o livro *Dominación Social y Subjetividad – Contribuciones de la Psicologia Social* (CORDERO,

DOBLES & PÉREZ, 1996), que traz como diferencial o conceito de subjetividade² em contextos e experiências específicas, como na realidade dos camponeses, indígenas e presidiários.

A conscientização inicial de dependência dos pressupostos ontológicos e metodológicos da Psicologia Social, a superação dessa “colonização” através de uma produção teórica voltada para as necessidades práticas do contexto latino-americano, a partir de conteúdos libertários do materialismo historicodialético; a criação de espaços e condições para o fortalecimento da nova Psicologia Social, e a partilha dos processos de construção de uma nova visão dessa disciplina com os psicólogos sociais de vários países da América Latina, mostraram que a Psicologia Social nascida na América Latina, possui robustos pressupostos, tanto teórico quanto metodológico e práticos.

2.3 Psicologia Comunitária e Educação popular no contexto latino-americano

Considerada como uma área da Psicologia Social, a Psicologia Comunitária “na América Latina surgiu da problematização da própria Psicologia Social” (GÓIS, 2008, p. 282). Essas concepções foram amplamente debatidas durante o Congresso da Sociedade Interamericana de Psicologia – SIP, realizado no ano de 1979, em Lima, no Peru.

Educadores como o brasileiro Paulo Freire e o colombiano Orlando Fals Borda foram importantes nesse contexto porque tinham “a convicção da possibilidade de atuar no sentido da transformação de um povo ignorante em uma comunidade capaz de tomar a direção de uma nova realidade sociopolítica” (LANE, 2000, p. 59). A proposta de Freire tinha como ferramentas para o desenvolvimento social, a leitura e a escrita. Dirigia-se a “pequenos aglomerados sociais como possibilidades de virem a se constituir em comunidades autônomas, organizadas para a reivindicação de providências governamentais, tendo em vista a satisfação de necessidades básicas para a sua sobrevivência” (ibidem, p. 59). Borda também procurava atuar em grupos sociais, buscando o desenvolvimento da consciência de indivíduos e grupos, através de uma metodologia adequada para o contexto desses grupos.

² A esse respeito, vide Vigotsky, Heller e Habermas.

Foram esses dois intelectuais, que instigaram os psicólogos latino-americanos a buscarem novos caminhos para o conhecimento científico de sua realidade social concreta e que possibilitassem aos pesquisadores intervir nessa realidade, provocando “uma ação transformadora através da participação consciente dos indivíduos que constituem uma comunidade” (ibidem, p. 60).

Sob a inspiração de Freire e Borda, a educação passou a ser o grande desafio, não apenas de pedagogos e psicólogos, mas de assistentes sociais e militantes políticos. Os psicólogos que lutavam pela autonomia e consciência social das classes populares, na maioria professores em universidades, procuraram desenvolver uma Psicologia Comunitária diferente da concepção norte-americana, e propuseram a realização dos estágios dessa disciplina junto a comunidades de baixa renda. Nos países em que era divulgada a Teologia da Libertação, essa iniciativa, conforme Lane pertencia à Igreja Católica e contava com a ajuda de intelectuais e militantes políticos.

Apesar de existirem “variadas formas de pensar e de fazer a Psicologia Social” (GÓIS, 2008, p. 283) nos distintos países sul-americanos, pois suas práticas têm caráter interdisciplinar; há, segundo Góis, uma convergência básica nessa área que a orienta por dois modelos: o modelo predominante, baseado na Psicologia Social, denominado de sócio-comunitário; e um segundo modelo influenciado pela saúde mental comunitária – o clínico comunitário.

Como na fase inicial da Psicologia Comunitária houve o predomínio das práticas em relação à teoria, no momento posterior buscou-se a elaboração de seu corpo teórico, composto pelas teorias desenvolvidas da Teologia da Libertação, da Pedagogia do Oprimido e da Saúde Mental Comunitária, junto à Psicologia Social Crítica defendida pelo espanhol salvadorenho Martin-Baró, pela venezuelana Maritza Montero e a brasileira Silvia Lane.

No Brasil, desde a década de 60 surgiram as práticas que constituiriam a Psicologia Comunitária, ligadas ao Serviço Social e aos movimentos comunitários de saúde e educação. Sua construção posterior baseou-se “em modelos teóricos e práticos da Psicologia Social, integrados, principalmente a modelos da Sociologia, da Educação Popular e da Ecologia” (GÓIS, 2008, p. 285).

A Psicologia Comunitária brasileira surgiu como Psicologia na comunidade, através de trabalhos realizados por professores, alunos e psicólogos de vários Estados, destacando-se, em 1974, a Universidade Federal de Minas Gerais, com a experiência pioneira coordenada pelo psicólogo Pierre Weil, responsável pela inclusão da Psicologia Comunitária no currículo do Curso de Psicologia desta universidade, com enfoque na ecologia humana.

2.4 A Psicologia Comunitária no Ceará

Em nosso Estado, a Psicologia Comunitária surgiu em 1989, originalmente com o nome de Psicologia Popular. Foi lançada por Cezar Wagner de Lima Góis, junto com a educadora popular Ruth Cavalcante e estudantes do Curso de Psicologia da UFC, através de um projeto de extensão. Seu marco foi a “realização do curso de formação de animadores populares para a alfabetização de adultos, cujo objetivo era o de criar dezenas de círculos de cultura nos bairros da periferia de Fortaleza, no sentido tanto da alfabetização como da organização e luta comunitária” (Ibidem , p. 288). Depois da alfabetização de adultos, o projeto de extensão da Psicologia Popular dedicou-se a grupos de jovens considerados marginais e também a jovens dependentes de drogas.

Do termo Psicologia Popular seguiu-se a denominação de Psicopedagogia Popular, uma síntese de Psicologia Popular e da Educação Popular, e finalmente, em 1987, foi proposto o nome Psicologia Comunitária, baseado nas intervenções nas comunidades cearenses de Pedra Branca e Beberibe. A partir daí foi constituído seu marco teórico, baseado numa relação entre prática, teoria e compromisso social (GÓIS, 1987, 1993b). As ideias dos coordenadores do grupo no Ceará, Góis e Cavalcante, integraram-se ao pensamento de Lane, Freire, Rogers, Fannon, Borda, Martin-Baró, Loyello, Vigotsky, Luria, Boff, Dussel e Toro.

A Psicologia Comunitária no Ceará, conforme Góis constituiu-se no contexto da derrubada da Ditadura e da participação popular. Desenvolveu-se, tanto no meio acadêmico, como disciplina curricular do Curso de Psicologia da UFC e como prática de extensão, através do Núcleo de Psicologia Comunitária, quanto nos movimentos sociais urbanos e rurais do nosso Estado, através de treinamento em organização comunitária e facilitação de grupos em lideranças e assessoria.

O Núcleo de Psicologia Comunitária foi criado oficialmente em 1992, no Departamento de Psicologia da UFC, sob a coordenação do professor Cezar Wagner e da aluna Ana Luísa Teixeira Menezes. Esse grupo de trabalho, no entanto, existia desde 1983, com a instalação do projeto de extensão Atendimento Psicossocial aos Moradores do Bairro de Nossa Senhora das Graças do Pirambu. Esse projeto transformou-se em Núcleo, com o objetivo de ampliar a atuação da Psicologia Comunitária no tripé ensino-pesquisa-extensão. Segundo o *site* oficial do Núcleo, seus integrantes publicaram sete artigos e defenderam cinco monografias e sete dissertações. A atuação do Núcleo de Psicologia Comunitária do Ceará mostra a relevância da aplicação dessa área da psicologia social no Estado do Ceará.

Conclusão

Os resultados desta pesquisa bibliográfica mostraram que é possível fazer uma relação entre Psicologia e Sociologia, através da Psicologia Social. Embora em sua origem, um grande número de integrantes das comunidades científicas acreditasse que o conhecimento científico estivesse acima de compromissos societários, uma nova metodologia em ciências humanas e sociais – a pesquisa qualitativa, decorrente dos estudos sobre as condições precárias da vida dos trabalhadores urbanos e rurais na era da industrialização (final do século XIX), e de pesquisas aprofundadas no período após guerra até os anos 70, mostra-nos que estas ciências não podem ficar alheias às condições de vida dos seres humanos.

A partir desse novo paradigma, pesquisadores comprometidos com os aspectos práticos do conhecimento científico, com a emancipação humana e a transformação social, certificam a vinculação da investigação científica com os problemas éticopolíticos e sociais. Nessa nova concepção, a pesquisa qualitativa, além de entender e produzir conhecimento sobre o mundo, possui autorização moral para assumir o lado dos menos favorecidos, das minorias ou das vítimas da colonização ou da imigração.

Foi o contexto norte-americano do pós-guerra que inicialmente propiciou o desenvolvimento da Psicologia Social nos Estados Unidos. O surgimento das novas metodologias em ciências humanas e sociais provocou a crise da vertente norte-americana e proporcionou o surgimento de uma Psicologia Social voltada essencialmente para os problemas sociais, iniciada na Europa, e depois intensificada na América Latina.

Iniciou-se então nesse continente um processo de transição da Psicologia Social baseada em moldes norte-americanos para uma Psicologia Social crítica. Em torno de questões que relacionam o biológico da espécie, o histórico cultural das sociedades, a interdependência entre teoria e prática, a relevância da contextualização dos dados, da participação dos atores sociais, e da relação da pesquisa científica com os problemas éticopolíticos e sociais, os psicólogos sociais, nos anos 60 e 70 questionaram seu papel nesse contexto político-social, como também a teoria e o método da Psicologia Social.

Na América Latina, veio juntar-se a essas questões, o elemento político, em virtude de um longo período de colonização, seguido de sangrentas ditaduras. Apesar da presença da dominação ao longo da constituição desses povos, sua intrepidez em busca da liberdade perdida, fez desse continente um campo propício para a sementeira de teorias e metodologias que impulsionaram os processos libertários da sociedade latino-americana.

A constituição da Psicologia Social Crítica na América Latina efetivou-se através de duas fases. A primeira foi a conscientização dos psicólogos sociais sul-americanos de que era preciso transformar sua percepção da realidade relevante para o estudo das iniciativas científicas. Esse novo paradigma teve em sua constituição teórica a contribuição do materialismo historicodialético, desenvolvido por Marx, em sua relação com a psicologia. Esta, apoiada na visão do psicólogo soviético Lev Semenovich Vigotsky, defendia a construção de uma psicologia com uma visão dialética da subjetividade, isto é, que não opõe indivíduo e sociedade. Abordagens da subjetividade com bases neomarxistas, dirigidas a problemas ontológicos e éticos, como aquelas defendidas pela socióloga húngara Agnes Heller e pelo filósofo alemão Jürgen Habermas, também foram importantes na criação do paradigma sul-americano.

Na segunda fase, foi intensificada a intercessão entre as correntes teóricas críticas da Europa e América do Norte e a troca de experiências entre pesquisadores de vários países da América Latina, através de congressos e grupos de estudos. As trocas de experiências latino-americanas foram favorecidas pela criação de um Núcleo de Psicologia Comunitária, baseado numa intervenção não assistencialista que primava pelo desenvolvimento da autonomia dos grupos marginalizados social e economicamente.

A Psicologia Comunitária na América Latina, considerada como uma área da Psicologia Social, surgiu da problematização da própria Psicologia Social. Na elaboração de seu corpo teórico, houve a contribuição da Teologia da Libertação, da Pedagogia do Oprimido, da Ecologia, da Saúde Mental Comunitária, e de teóricos como o espanhol salvadorenho Martin-Baró, a venezuelana Maritza Montero e a brasileira Sílvia Lane. Como suas práticas têm caráter interdisciplinar, existem variadas formas de pensar e de fazer a Psicologia Social nos distintos países sul-americanos, que podem ser consideradas, sob o modelo sociocomunitário e o modelo clinicocomunitário, influenciado pela saúde mental comunitária.

Educadores como o brasileiro Paulo Freire e o colombiano Orlando Fals Borda foram importantes nesse contexto, pois, sob sua inspiração a educação passou a ser o grande desafio, não apenas de pedagogos e psicólogos, mas de assistentes sociais e militantes políticos. Os psicólogos, na maioria professores em universidades, propuseram a realização dos estágios dessa disciplina junto a comunidades de baixa renda. No Brasil, destacou-se a experiência realizada pela Universidade Federal de Minas Gerais (1974), coordenada pelo psicólogo Pierre Weil, responsável pela inclusão da Psicologia Comunitária no currículo do Curso de Psicologia desta universidade, com enfoque na ecologia humana.

No Ceará, a Psicologia Comunitária surgiu em 1989, lançada por Cezar Wagner de Lima Góis, junto com a educadora popular Ruth Cavalcante e estudantes do Curso de Psicologia da UFC, através de um projeto de extensão que transformou-se em Núcleo, com o objetivo de ampliar a atuação da Psicologia Comunitária no tripé ensino-pesquisa-extensão. Mostra a relevância da aplicação dessa área da psicologia social em nosso Estado. Sua importante função social em benefício da população de baixa renda, deve ser reconhecida, sobretudo nos meios acadêmicos, com a adoção da Psicologia Comunitária como disciplina curricular obrigatória, além da criação de Grupos de Estudos e projetos de extensão sobre o tema.

Bibliografia

ALVES, Álvaro Marcel. **O método materialista histórico-dialético**: alguns apontamentos sobre a subjetividade. Revista de Psicologia da UNESP, no.1, 2010.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2006.

FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Trad. Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FERREIRA, Maria Cristina. **Psicologia: teoria e pesquisa**. Vol. 26 no. Especial pp 51-64. Disponível em www.scielo.br/Pdf/ptp/V26nspe/05. Acesso em 04/09/2012.

FONSECA, A. L. **O que é Psicologia Social**. Disponível em **Erro! Fonte de referência não encontrada**. Acesso em 01/07/2012.

FREITAS, Maria de Fátima Quintal. **O movimento da lente focal na história recente da Psicologia Social latino-americana**. In CAMPOS, Regina Helena de Freitas. GUARESCHI, Pedrinho A. (org.) Paradigmas em Psicologia Social. A perspectiva latino-americana. Petrópolis: Vozes, 2000.

GERGEN, K. J. **A Psicologia Social como História**, Journal of Personality and Social Psychology, Swarthmore, USA, 1973, traduzido por BOECHAT, F. M. e revisto por PORTUGAL, F. T., Rio de Janeiro, RJ: Ed. UFRJ, 2010.

GÓIS, Cezar Wagner de Lima. **Psicologia Comunitária**. Universitas Ciências da Saúde. Vol. 01, no. 02, 2008.

LANE, Sílvia Tatiana Maurer. **A Psicologia Social na América Latina: por uma ética do conhecimento**. In CAMPOS, Regina Helena de Freitas. GUARESCHI, Pedrinho A. (org.) Paradigmas em Psicologia Social. A perspectiva latino-americana. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Avanços da Psicologia Social na América Latina**. In CAMPOS, Regina Helena de Freitas. GUARESCHI, Pedrinho A. (org.) Paradigmas em Psicologia Social. A perspectiva latino-americana. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Avanços da Psicologia Social na América Latina**. In LANE, Sílvia T. Maurer. SAWAIA, Bader Burihan. (orgs.) Novas veredas da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 2006.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: Investigação em Psicologia Social**. Trad. Pedrinho Guareschi. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2003.

RODRIGUES, A. e outros. **Psicologia Social**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2009.

SANDOVAL, Salvador. **O que há de nova na Psicologia Social Latino – Americana?** In CAMPOS, Regina Helena de Freitas. GUARESCHI, Pedrinho A. (org.) Paradigmas em Psicologia Social. A perspectiva latino-americana. Petrópolis: Vozes, 2000.

SANTANA, A. L. **Psicologia Social**. Disponível em <http://infoescola.com/author/analuciasantana>, 2011. Acesso em 26/06/2012.

SILVA, Maria Conceição Gomes da. LIMA. Deyseane Maria Araújo. **Reflexões sobre a história da Psicologia Social**. Disponível em <http://Abrapso.org.br>. Acesso em 05/09/2011.

**Profa. Gardênia Maria de Oliveira Barbosa*

Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará
Professora da Faculdade Católica de Fortaleza.

** Ms. Rosa Maria Guimarães Rocha*

Mestre em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará.
Concludente do Curso de Filosofia da Faculdade Católica de Fortaleza.

** Ms. Alcino Teixeira Brasil*

Mestre em Direito pela Universidade de Fortaleza
Concludente do Curso de Filosofia da Faculdade Católica de Fortaleza.